

Pode sair hoje o corte no INPC — isto é, nos salários — e nas vantagens auferidas pelos empregados das empresas

estatais? Esta notícia, dada sexta-feira pelo porta-voz do Planalto, Carlos Átila, não pode ser confirmada

ontem em Brasília, onde se afirmava que o chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, não permitirá o expurgo apenas

dos salários. Mas é isto o que pretendem os banqueiros e vários setores do governo, sob a alegação de que a

desindexação geral pode desestabilizar o sistema financeiro. A palavra final sobre o assunto

deverá ser dada pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, a partir de consultas aos técnicos do FMI.

Expurgo dos índices: a discussão decisiva.

O expurgo dos índices de preços é um passo parcial no sentido da desindexação da economia brasileira, com os objetivos de reduzir a velocidade inflacionária e também de mostrar aos credores externos a capacidade do governo para promover os ajustes necessários, afirmou ontem um representante do governo no Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo ele, o governo não tem outra alternativa e precisa recorrer ao expurgo dos índices, já que o organismo econômico da sociedade não resistiria à desindexação, um corte muito mais abrindo.

Hoje, a discussão em torno das medidas complementares do pacote do último dia 9 entra em sua reta final, até mesmo com a manifestação dos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) — a missão será recebida pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, às dez horas. O Ministério da Fazenda, o

Banco Central, os banqueiros e boa parte do empresariado continuam a entender que o expurgo deve atingir apenas o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e, em consequência, os salários para evitar que a correção monetária expurgada abale o mercado financeiro e, principalmente, as caderetas de poupança. Porém, os técnicos da Fazenda reconhecem que o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, está mais forte e não há condições para o expurgo restrito ao INPC.

Depende do prazo

Nos contatos com escalões inferiores do governo, os técnicos do FMI buscam dados e explicações, mas não expõem os seus pontos de vista, informou a fonte da Fazenda. Por isso, a audiência com Delfim cria a expectativa em torno da posição do FMI sobre o expurgo dos índices de preços. Embora o FMI

tenha recusado o pedido brasileiro para a exclusão plena da maxidesvalorização cambial de fevereiro último do cálculo do déficit público, o técnico da Fazenda afirmou que, como medida de emergência, a missão deverá dar parecer favorável ao expurgo dos índices de preço, em um único mês. Em sua opinião, o FMI só será contra expurgo por um prazo mais amplo, em razão dos reflexos sociais injustos.

Para o membro do CMN, as medidas para o corte no déficit público e na realimentação inflacionária constituem base para a sustentação das novas negociações do Brasil com o FMI e os banqueiros internacionais. Reconheceu que, por precisar do ingresso de novos recursos exteriores imediatamente, o governo não pode adiar as medidas corretivas — "é o Brasil que tem pressa e não o FMI". A fonte comparou a situação do País

com a de uma empresa que não mais consegue girar a dívida e o banqueiro só aceita dar novo empréstimo com a imposição de exigências adicionais, voltadas para a redução do grau de endividamento. Todo banqueiro faz isso e a política econômica brasileira sofre as pressões do FMI e da comunicação financeira internacional, explicou o representante do governo no CMN.

A fonte do Ministério da Fazenda disse que o problema continua a ser a indexação quase total da economia brasileira, o que impede o sucesso de qualquer política antiinflacionária. Lembrou que, no caso brasileiro, a política monetária deixou de ter eficácia na contenção da inflação, uma vez que os preços "chamam" a moeda e não o contrário, como seria natural. Assim, observou, qualquer aperto monetário só traz os traumas sociais da falência e do desemprego,

sem efeito no combate à inflação, pelo ónus da indexação que chama a emissão de moeda. Porém, o membro do CMN ressaltou que a desindexação, apesar do consenso favorável, só poderá ocorrer com inflação anual inferior a 40% ou com a credibilidade do governo restaurada junto à sociedade.

A reunião

O chefe da missão do Fundo Monetário Internacional, Eduardo Wiesner, informou que hoje, às 10h, o grupo de oito técnicos do organismo estará com o ministro do Planejamento, Delfim Neto, para iniciar os entendimentos que levarão a novo acordo. As causas do déficit público e a adoção da livre negociação entre empregados e patrões deverão ser os assuntos debatidos na reunião de hoje.

Até sexta-feira, o grupo espera ter terminado o levantamento e a

análise sobre os efeitos do recente pacote econômico baixado pelo governo. Ontem, os oito membros do FMI estiveram reunidos, durante toda a manhã, no Banco Central. Por volta de 13 horas, Eduardo Wiesner e Horst Struckmeyer passaram no Hotel Nacional, onde estavam hospedados, e foram almoçar na casa de um amigo brasileiro.

"Não posso entrar em detalhes — explicou Wiesner. Amanhã (hoje) teremos um encontro com o ministro Delfim Neto, que deve ser o primeiro de vários contatos." Arredio, o economista não entrou em nenhum detalhe. Subiu, apressadamente, ao seu apartamento e desceu com uma roupa esportiva. O mesmo fez Struckmeyer, que carregava uma raquete de tênis. A estrutura salarial das empresas estatais é, na opinião dos técnicos do FMI, uma das causas do atual déficit público nacional, que está em 8,8% do Produto Interno Bruto (PIB).